



Área de Concentração: Direito do Estado
Subárea: Teoria Geral do Estado
Nível: Mestrado



F U V S
U E T FUNDAÇÃO
UNIVERSITÁRIA
PARA O VESTIBULAR



PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA
FACULDADE DE DIREITO DA USP 2025

Primeira Fase: Prova de Conhecimentos Jurídicos

Instruções

1. Só abra este caderno quando o fiscal autorizar.
2. Verifique se o seu nome está correto na capa deste caderno e se corresponde à área (subárea) e ao nível em que você se inscreveu. Informe ao fiscal de sala eventuais divergências.
3. Durante a prova, são **vedadas** a comunicação entre candidatos e a utilização de qualquer material de consulta, eletrônico ou impresso, e de aparelhos de telecomunicação.
4. A prova deverá ser feita utilizando caneta esferográfica com **tinta azul ou preta**.
5. Escreva com letra legível e não assine sua dissertação, para não permitir a sua identificação.
6. A resposta deverá ser escrita exclusivamente nas linhas destinadas a ela. O verso das folhas poderá ser utilizado para rascunho e não será considerado na correção.
7. Não haverá tempo adicional para transcrição do rascunho para as folhas definitivas de resposta.
8. Duração da prova: **2 horas e 30 minutos**. Somente será permitida a saída definitiva a partir das **14h15**.
9. Lembre-se de que a FUVEST se reserva o direito de efetuar procedimentos adicionais de identificação e controle do processo, visando a garantir a plena integridade do exame. Assim, durante a realização da prova, poderá ser coletada por um fiscal uma foto do(a) candidato(a) para fins de reconhecimento facial, para uso exclusivo da USP e da FUVEST. A imagem não será divulgada nem utilizada para quaisquer outras finalidades, nos termos da lei.
10. Ao final da prova, será **obrigatória** a devolução deste caderno.

Declaração

Declaro que li e estou ciente das informações que constam na capa desta prova, bem como dos avisos que foram transmitidos pelo fiscal de sala.

ASSINATURA

O(a) candidato(a) que não assinar a capa da prova será considerado(a) ausente da prova.



RASCUNHO
NÃO SERÁ
CONSIDERADO NA
CORREÇÃO



Área de concentração: **Direito do Estado**

Subárea: **Teoria Geral do Estado**

Entre os temas globais contemporâneos, o controle ambiental e a preservação do meio ambiente têm merecido especial atenção dos organismos internacionais dada sua urgência para a preservação do planeta e a vida das próximas gerações. Princípios e normas internacionais de proteção ambiental têm sido desenvolvidos para a conservação de recursos naturais e proteção da vida animal, assim como para a proteção das populações, desde a Declaração de Estocolmo de 1972, que culminou com o conceito de desenvolvimento sustentável na Conferência do Rio de Janeiro sobre Ambiente e Desenvolvimento - Rio 92. Do ponto de vista da Teoria do Estado, a problemática pode ser analisada de duas perspectivas, pelo menos:

1. A da tensão entre soberania nacional sobre os recursos naturais no território dos Estados, e a natureza interconectada e interdependente da biosfera, que não respeita fronteiras estatais. A maioria dos problemas ambientais têm caráter global, como é o caso das queimadas na Amazônia ou no Pantanal, em áreas sob a jurisdição brasileira, cujos efeitos afetam diretamente a biosfera e o clima do planeta, com consequências econômicas e sociais, inclusive no que diz respeito ao deslocamento de migrantes e refugiados.

2. A das relações federativas, dentro do próprio território nacional, para proteção dos recursos naturais e proteção do meio ambiente pelos entes federados. Em caso levado à apreciação do Supremo Tribunal Federal (ADI 6218), que envolveu o mar territorial brasileiro, o Partido Liberal, alegando interferência em bem público da União, entrou com ação direta de inconstitucionalidade, com pedido de medida cautelar, contra alguns artigos da Lei nº 15.223/2018, do Estado do Rio Grande do Sul, que proíbe o uso de redes de arrasto tracionadas por embarcações motorizadas em todo o território do estado, incluindo a faixa marítima de 12 milhas náuticas da zona costeira (definida pela Lei Federal nº 8.617/1993, que dispõe sobre o mar territorial). O STF declarou a constitucionalidade dos artigos em questão, em face da competência concorrente dos estados para legislar sobre pesca, fauna, conservação da natureza, defesa dos recursos naturais e proteção do meio ambiente (art. 24 da Constituição Federal).

Analise ambas situações, apontando, no mínimo:

- a) Os problemas envolvidos e sua relação, tendo em vista a origem, o desenvolvimento político e jurídico dos conceitos de soberania e federalismo, e seus desafios na contemporaneidade. (8 pontos)
- b) Apreciação sobre o que significa, hoje, fazer pesquisa em Teoria do Estado. (2 pontos)



RASCUNHO
NÃO SERÁ
CONSIDERADO NA
CORREÇÃO



RASCUNHO
NÃO SERÁ
CONSIDERADO NA
CORREÇÃO



Ruled area for writing, consisting of horizontal lines.



RASCUNHO
NÃO SERÁ
CONSIDERADO NA
CORREÇÃO



RASCUNHO
NÃO SERÁ
CONSIDERADO NA
CORREÇÃO



Lined writing area with 30 horizontal lines.



RASCUNHO
NÃO SERÁ
CONSIDERADO NA
CORREÇÃO



RASCUNHO
NÃO SERÁ
CONSIDERADO NA
CORREÇÃO



RASCUNHO
NÃO SERÁ
CONSIDERADO NA
CORREÇÃO



Pós-Graduação Direito 2025
1ª Fase – Conhecimentos Jurídicos

0/0

1

1/100

